

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E PROGRESSO: a Revista Pedagógica e o “problema social” do Brasil no final do século XIX

Ana Lúcia Cunha Fernandes¹ (Faculdade de Educação, Universidade do Brasil –UFRJ)

RESUMO

O presente texto discute aspectos relacionados com a Revista Pedagógica, periódico publicado entre 1890 e 1896 pelo Pedagogium – Museu Escolar do Distrito Federal. Procura mostrar que a Revista desempenhou um papel significativo na produção de saberes ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva constituição do campo disciplinar pedagógico, por meio da veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado. Este artigo analisa o processo que levou a que a educação passasse a ser vista como um “problema social” e o desenvolvimento da idéia de que a educação poderia vir a ter um papel estratégico na superação do atraso e na promoção do progresso no Brasil.

Palavras-chave: História da educação - imprensa pedagógica - conhecimento pedagógico – positivismo – progresso – Brasil

ABSTRACT

This paper discusses aspects related to the pedagogical journal Revista Pedagógica, which was published between 1890 and 1896 by the Pedagogium – Pedagogical Museum of the Federal District (Rio de Janeiro, Brazil). It aims to show the significant role played by the Revista Pedagógica in the production of educational knowledge and consequently in the gradual constitution of the pedagogical disciplinary camp through an increasingly specialized educational discourse. Furthermore, this paper analyses the process that led education to be seen as a “social problem” and the development of the idea that it could play a strategic role in the overcome of backwardness and in the promotion of progress in Brazil.

Key-words: History of education - pedagogical journals - pedagogical knowledge – positivism - progress - Brazil

¹*Ana Lúcia Cunha Fernandes é Doutora em Educação pela PUC-RJ. E-mail:anacunha@infolink.com.br

Introdução

Este texto é um extrato da tese de doutorado intitulada A “santa causa da instrução” e o “progredimento da humanidade”: revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do séc XIX, defendida em Janeiro de 2004 no Departamento de Educação da PUC-Rio. Explicada em linhas gerais, a pesquisa procurou identificar a gênese e o desenvolvimento de um discurso especializado sobre educação, em finais do século XIX, no Brasil e em Portugal, numa perspectiva comparada por meio da análise de revistas pedagógicas dos dois países: a Revista Pedagógica, no Brasil, e a Revista de Educação e Ensino, em Portugal.

Procurou-se compreender o conhecimento pedagógico como uma construção social e histórica, buscando-se perceber como tal conhecimento se constituiu, afirmou, legitimou e difundiu, com base no entendimento de que as formulações relativas a categorias como aluno, professor, escola, entre outras, inscrevem em si modos de ver e de estar no mundo, enquanto formas de poder e de regulação. Configurou-se, assim, o propósito de investigar a gênese de um discurso pedagógico, ou seja, de que forma tal discurso buscou legitimar-se pela afirmação de um corpo de saberes e de uma identidade em termos de práticas e conhecimentos, especificidades, princípios de normatização, classificação, categorização, regulação, entre outros.

Analisou-se a afirmação do conhecimento pedagógico como fundamentação teórica, como afirmação de um corpo de conhecimentos especializados, fundamentais, necessários ao desempenho da profissão docente e numa identidade, em termos de práticas e saberes. Em síntese, um conjunto de formulações sobre os diversos aspectos que constituem o universo educativo: os alunos, os programas, os métodos, os edifícios escolares, as práticas pedagógicas, o currículo, etc., no contexto da consolidação das ciências sociais e humanas e da emergência do modelo da escola de massas (mass schooling) – ou seja – a escola obrigatória, universal, a escola para todos.

A tese evidenciou que aquelas Revistas desempenharam um papel fundamental, tanto na circulação quanto na produção de saberes ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva constituição do campo disciplinar pedagógico nos dois países, por meio da constituição/veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado. O estudo permitiu situar as Revistas enquanto instituições, isto é, a

pesquisa procurou mostrá-las como instâncias integrantes das infra-estruturas organizacionais do campo educacional, responsáveis pela construção de um discurso pedagógico especializado, ao esboçar as relações estabelecidas por seus colaboradores com outras instâncias, por meio de outras ocupações e atividades, a fim de mapear a configuração na qual se deu a construção do discurso pedagógico e a estruturação do campo educativo.

Os personagens que participaram na produção das Revistas foram percebidos como grupos que possuíam uma maneira de enxergar o mundo social com base em determinados valores que ajudaram a estruturar a vida social, cultural e política de cada país. Tais grupos-geração foram percebidos como herdeiros de seu tempo, ou seja, neles estariam inscritos os traços não apenas do tempo longo das representações anteriores que eles vinham substituir, mas também o do tempo curto da conjuntura que eles viveram.

Buscou-se, igualmente, identificar as relações estabelecidas pelos personagens das redes locais com o contexto internacional, evidenciadas por meio de diferentes formas de interlocução com o exterior, tais como missões ao estrangeiro, visitas de estudo, participação em congressos internacionais, presença em exposições universais. Além do fato de promoverem amplamente a circulação de livros e periódicos.

O enquadramento teórico-metodológico foi dado por determinadas referências teórico-metodológicas que serviram para fundamentar e delimitar o universo da pesquisa, constituindo o núcleo central da reflexão que subsidiou o desenvolvimento do trabalho de investigação. Tais tendências teóricas foram estruturadas em dois eixos. O primeiro procurou ressaltar as potencialidades da aproximação ocorrida entre a História da Educação e as correntes teóricas agrupadas em torno da denominada “Nova História”, especificamente aquelas identificadas sob o epíteto de História Cultural. Já o segundo pretendeu relacionar as Teorias do Sistema Mundial, enquanto teorias explicativas da existência de um espaço transnacional, com as estratégias de abordagem comparada, que a Educação Comparada permite realizar. Além desses eixos principais, buscou-se apontar também as possibilidades (e as virtualidades) da interseção entre a História da Educação e a Educação Comparada, bem como indicar a pertinência da abordagem do Sistema Mundial como uma contribuição para a História da Educação na explicação dos fenômenos educativos.

Embora a dimensão comparada tenha sido preponderante na construção e no desenvolvimento da pesquisa, procurar-se-á, ao longo deste texto, ressaltar os aspectos relacionados especificamente à Revista Pedagógica, a fim de destacarem-se as implicações relativas à vinculação entre educação, ciência e progresso, explicitada no título do trabalho, já que se entende ser esta uma associação que, em alguma medida, ainda se afigura presente nos debates travados na atualidade.

A Revista Pedagógica e a “invenção” do Brasil moderno

Embora o período de tempo privilegiado pela pesquisa em relação ao periódico brasileiro se inicie logo após a proclamação da República, é preciso notar que algumas das mudanças sociais, ocorridas então, têm início em décadas anteriores. Alguns dos autores que forneceram o substrato teórico para a contextualização histórica e das mentalidades no âmbito do trabalho destacam que, desde 1870, assistia-se ao desenvolvimento de várias estratégias de construção de um novo ordenamento político-cultural nacional, assinalando a emergência de uma sociedade urbano-industrial e a institucionalização de dispositivos que “visavam à implantação de um universo cognitivo modernizante que, em última instância, libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais.” (Herschmann & Pereira, 1994, p.12).

São ainda os mesmos autores que situam, na virada do século XIX para o século XX, o começo da formação do projeto de modernidade no Brasil, cuja palavra de ordem “civilizar” significava ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere ao cotidiano, a instituições, à economia, etc. e cujas formas de saber técnico-científico especializado, que constituiriam a base desse paradigma moderno, estariam sobretudo, na medicina (normatizando o corpo), na educação (conformando as mentalidades) e na engenharia (organizando o espaço).

No plano da produção e da circulação de idéias, o espaço-tempo seria marcado por um movimento de renovação intelectual, iniciado pela denominada Geração de 70 . No período de transição do Império para a República a palavra de ordem era, conforme Simone Kropf, “modernizar-se”, viabilizar o ingresso da nação brasileira no círculo da “civilização”, adequando o país aos horizontes dos “novos tempos” (Kropf, 1994).

A autora identifica naquele contexto a proposição de um novo saber, de uma nova visão da realidade brasileira que se dispunha a construir um projeto moderno para o Brasil. Essa disposição poderia ser traduzida, nas palavras de Kropf, por meio de um discurso que afirma a confiança na perspectiva promissora do progresso como guia para o que, na visão de seus propugnadores, seria a regeneração da sociedade brasileira, redimindo-a dos entraves associados ao que se representava como o passado colonial e o tradicionalismo do Império (Kropf, 1994, p. 203).

O discurso veiculado pelos autores que escreveram na Revista Pedagógica, também faz parte dessa construção de modernidade, uma vez que, segundo eles, tratava-se de integrar-se ao “mundo civilizado”, de participar do “concerto das nações civilizadas”.

A derrocada da Monarquia e a ascensão do novo regime marcam a formulação de medidas identificadas com o novo ideário nos diversos setores da vida nacional, sendo necessário atuar em nível econômico, político e também educacional. Assim é que, como bem aponta José Gondra: No setor educacional, podemos evidenciar, de um lado, uma grande preocupação em produzir um sistema que pudesse atender a toda a população, refletido no discurso em defesa de uma maior oferta de escolas e, de outro lado, uma necessidade de alterar profundamente a escola, até então identificada com a ordem imperial. Neste caso, havia que alterá-la naquilo que a constituía e que definia seu modo de funcionamento, tendo em vista um novo ensino consoante com um novo regime (Gondra, 1997, p.27).

O projeto republicano para a educação nacional tomou forma com a criação do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, já em 1890 . Para ocupar a pasta, foi designado o Marechal Benjamin Constant que empreendeu, logo em seu primeiro ano de atuação, uma ampla reforma em todos os níveis da instrução pública, posta em prática no ano seguinte, e que tinha, como princípios, a laicidade, a gratuidade do ensino primário, a liberdade de ensino e a ciência como fundamento da organização curricular e do ensino propriamente dito.

A Revista Pedagógica faz parte do projeto de educação nacional posto em prática a partir da implantação da República, em 1889. Inseria-se numa das finalidades (no caso, a publicação de uma revista) do Pedagogium – Museu Escolar do Distrito Federal – órgão criado em 1890, no âmbito da reforma educacional realizada por Benjamin Constant. Tal Museu havia sido criado com o objetivo de contribuir para o avanço da

instrução, ele deveria constituir-se em lugar de referência, à semelhança do que já ocorria em outros países, encarados como mais avançados e, por isso, modelos a serem seguidos .

Publicada entre 1890 e 1896, a Revista não teve uma periodicidade regular, sendo mensal no início de seu ciclo de vida, irregular em alguns anos e trimestral, já mais para o fim de sua existência. De formato 20 x 15 cm e com número de páginas variável ao longo do tempo, era publicada por Editores Alves & Cia, sendo vendida de forma avulsa e por assinatura. Joaquim José Menezes Vieira, diretor do *Pedagogium*, foi seu principal dinamizador, tendo sido o autor dos editoriais e também de diversos artigos.

Em linhas gerais, a Revista era composta por seções que variaram ao longo de sua existência, sendo que algumas delas tiveram uma irregular, ou mesmo breve existência. As mais constantes foram: Parte Oficial, onde eram apresentados decretos, atos oficiais, nomeações, licenças, jubilações, exonerações, regulamentos etc.; Pedagogia, onde eram publicadas “memórias de pedagogia”; Chronica do Exterior, dedicada ao que se passava fora do país (notícias sobre publicações, modelos de escolas, projetos de lei, estatísticas, programas, despesas com ensino, congressos, etc.); e, ainda, a Chronica do Interior, onde eram publicadas notícias relativas a acontecimentos ocorridos no próprio país.

As questões que tiveram maior evidência na publicação brasileira relacionam-se à concepção, organização e condução dos atos educativos. Assim é que parte significativa dos artigos versa sobre métodos de ensino, sugestões de atividades, ensino da leitura e escrita e programas de ensino. O periódico concede grande destaque às questões relativas à organização e ao funcionamento do sistema de ensino, sendo freqüentes as referências aos sistemas de ensino de outros países e à forma como se processava a educação no exterior. Esses conteúdos identificam a forma como o conhecimento pedagógico é abordado na Revista na medida em que os assuntos tratados, sob a forma de pedagogia, abarcam questões relativas a métodos, sistemas de ensino, questões teóricas, sociais, psicológicas, entre outras, fazendo notar o caráter bastante amplo do que era publicado sob a rubrica Pedagogia. Por outro lado, a dimensão especializada do saber pedagógico ia sendo construída, sobretudo, com base nas categorias das novas ciências psicológicas. Além disso, uma das abordagens mais freqüentes foi a da pedagogia como arte e ciência, revelando a procedência de um dos dilemas do campo

pedagógico que manifestar-se-ia, fortemente, nas décadas de 20 e 30 do século XX. É preciso ressaltar ainda que, no Brasil, o espaço de institucionalização da Pedagogia deu-se, sobretudo, no âmbito das Escolas Normais e de outras instâncias por onde circulou a produção do discurso pedagógico.

Como já foi dito no início, o que se deseja destacar neste texto são as referências feitas em relação à vinculação entre educação, ciência e progresso, naquilo que sugere em relação ao papel que a educação poderia vir a desempenhar na resolução do problema social do Brasil no final do século XIX. Nesse sentido, cabe destacar, no âmbito deste trabalho, a parte da análise relativa aos editoriais da Revista Pedagógica, na medida em que tais textos mostraram-se especialmente significativos para se entender a maneira pela qual as Revistas viam-se a si próprias, e a maneira como apresentavam, suas intenções e seus objetivos. Em suma, compreendê-las em relação ao papel que pretenderam desempenhar e à forma como justificavam/legitimavam a importância da sua ação.

A Revista Pedagógica e o “progresso do professorado nacional”

Relativamente ao que é enunciado na RP, é possível destacar alguns pontos que, inclusive, marcam uma convergência com a sua congênere portuguesa: ambas apresentam pretensões de divulgação científica destinadas a um público mais alargado, as duas evocam experiências de publicações estrangeiras como modelo; e, por fim, apresentam-se como publicações especialmente destinadas aos professores, cabendo, a elas, a tarefa de contribuir para melhorar a situação desses profissionais. Em relação aos seus propósitos, as duas Revistas utilizam o editorial do seu primeiro número para explicitar seus objetivos.

A Revista Pedagógica, por sua vez, afirmava aspirar a “contribuir pela educação recíproca dos mestres para o engrandecimento e felicidade da Pátria”, nas palavras de Menezes Vieira no editorial de seu primeiro número, de

15 de novembro de 1890. Outro propósito divulgado no mesmo editorial era publicar “todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional”. Além desse propósito, a Revista apresentava explicitamente seu programa, claramente traçado na disposição regulamentar do Pedagogium:

A Revista Pedagógica publicará:

- ✚ os atos oficiais relativos à instrução primária e secundária, ✚ as conferências e lições dos cursos do Pedagogium,
- ✚ memórias de Pedagogia, especialmente prática, de autores nacionais e estrangeiros,
- ✚ juízos críticos sobre métodos e processos de ensino,
- ✚ todas as informações de reconhecida utilidade para o progresso do professorado nacional. Revista Pedagógica, Tomo 1o, n. 1, 15/11/1890, p.1.

Evoca o exemplo das “melhores publicações congêneres que transmitem os resultados produtivos do estudo, da observação e da experiência” (RP, editorial do n.1, de 15 de novembro de 1890) destacando, nesse aspecto, a existência de determinados procedimentos científicos associados à modernidade para afirmar a importância do seu papel de divulgação e de contribuição na formação dos professores.

Foi ainda no editorial do primeiro número da RP que Menezes Vieira afirmou ser a sua distribuição gratuita aos professores públicos de ensino primário e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros. Não foi possível investigar de que maneira tais propósitos foram postos em prática, contudo, interessa aqui ressaltar a dimensão “internacionalista”, que parece estar presente na linha de atuação dos responsáveis pelo periódico, quando propõem a sua distribuição aos estabelecimentos estrangeiros.

A atenção dedicada ao que se passava em âmbito internacional também é evidenciada pela afirmação de que tal objetivo haveria de ser cumprido, “inspirando-nos no exemplo das melhores publicações congêneres, que transmitem os resultados produtivos do estudo, da observação e da experiência”.

Ainda em relação ao propósito de alcançar os professores, seis meses depois, em abril de 1891, o editorial fazia um balanço e um relato do que fora publicado no primeiro volume da Revista Pedagógica, afirmando que esta possuía “um caráter de publicação útil aos professores, feita por eles e para eles.”

O fato de a RP ser enviada, gratuitamente, aos professores do ensino público e aos estabelecimentos oficiais de ensino, bem como às diretorias de Instrução Pública dos Estados da União, para ser distribuída entre os professores, pode ser lido como uma firme determinação de consolidar espaço entre o professorado. Já a sua distribuição, garantida nas escolas normais, aos governadores ou presidentes dos Estados e às redações de jornais parece, por sua vez, indicar um propósito de afirmar o periódico em outras instâncias. No caso das Escolas Normais, a distribuição pode ser interpretada como um indício de que não bastava ser divulgada apenas entre o professorado, quando enviada diretamente aos professores, mas que era preciso arregimentar simpatias nas escalas superiores, numa tentativa de obter credibilidade a partir das autoridades. Isto se pensar-se nessas instituições como detentoras de avaliação abalizada sobre o que seria útil aos professores.

Sobre a distribuição gratuita aos professores do ensino público, as contracapas de 1893 assinalam, diferentemente do editorial do primeiro número (que mencionava apenas os professores primários), que o periódico era distribuído também aos professores secundários e aos estabelecimentos oficiais de ensino. Ainda sobre o mesmo assunto, nota publicada em 1894 menciona que a Revista era enviada às diretorias de Instrução Pública dos Estados da União (RP, n.37, 38 e 39, 15/09/1894, p.107).

No ano seguinte, outra nota destaca mais detalhes sobre a distribuição. O periódico era enviado, no interior do país, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, às Diretorias de Instrução da Capital Federal e dos Estados da União, já referidas. Porém, nestas, com a informação adicional de que tal remessa, para as Diretorias, era para ser distribuída entre os professores. Por outro lado, assinala-se que a publicação era enviada às escolas normais, aos governadores ou presidentes dos Estados e às redações de jornais. No exterior, era remetida às repartições de ensino em diversos países, aos ministros e cônsules do Brasil e às redações de outras publicações (RP, n.44, 15/06/1895, p.77).

O aviso publicado nas contracapas “aceita a colaboração dos senhores professores”, arquivando “em livro especial os originais que não forem publicados”, pode ser lido como um propósito de obter a adesão dos professores para o projeto editorial, havendo ainda o destaque de que as “reclamações, informações ou qualquer correspondência, interessantes ao ensino” fossem sejam dirigidas ao Diretor do Pedagogium, com o respectivo endereço para a correspondência.

Ainda em 1883, as contracapas anunciavam que os três primeiros volumes já publicados abrangiam “todos” os atos referentes ao ensino primário e secundário, desde a criação do Ministério da Instrução Pública”, “artigos de Pedagogia prática por vários professores”, uma “chronica variadíssima do exterior e do interior”. Além de anunciar o Pantheon Escolar, com a enumeração de alguns dos retratados.

A Revista Pedagógica e o “problema social” da educação

O discurso veiculado pelas Revistas foi analisado de acordo com uma perspectiva que procurou contemplar uma confluência das dimensões política, científica e educacional especializada, percebendo-se a construção de um discurso em educação (dimensão científica), ao mesmo tempo portador de uma idéia de progresso (dimensão política) e com pretensões de especialização.

Interessa, nesta parte, destacar a dimensão política presente na maneira de abordar a educação como “fator social”. A antinomia entre o atraso e o progresso das nações, cujo diferencial é posto na instrução de suas populações, foi um tema recorrente nas Revistas dos dois países. Problemática que aparece tanto em artigos diretamente dedicados ao assunto, quanto em diversas passagens de artigos que tratam de outras temáticas, em ambas as Revistas.

De acordo com esse ponto de vista, a educação, mais do que um valor, possui também um papel estratégico no progresso da nação e, ao ser enunciada pelas Revistas nessa perspectiva, constitui elemento suficientemente importante na configuração do argumento de que as Revistas, elas próprias, atuam como instituições. Os discursos enunciados por elas, quando apresentam a educação como “problema social” (como no caso da RP) ou como fator de superação do atraso (no caso da REE), apresentam formulações distintas, mas que caminham num mesmo sentido: de legitimação da ação que necessitava ser empreendida. Para tanto, as Revistas desempenham papel fundamental.

A percepção da educação como “problema social” permeou as formulações e declarações presentes na Revista Pedagógica. No início do ano de 1894, no último editorial nela publicado, assinado por Menezes Vieira, foi apresentado sob o sugestivo título Registra, não comenta um balanço dos cinco volumes editados entre 15

de novembro de 1890 e 15 de dezembro de 1893, no qual se chamava a atenção para o apreço que os poderes públicos deram nesse período ao mais importante problema social do regime democrático e o concurso de colaboração efetiva prestado por mestres e professores brasileiros na penosa tarefa da educação popular (Revista Pedagógica, no 31, 32 e 33, 15 de março de 1894.).

Importa assinalar que a comparação com outros países parece constituir um dispositivo acionado para conferir credibilidade/legitimidade aos argumentos. A Revista Pedagógica o faz de forma evidente, ao apresentar, em sua estrutura, uma seção especialmente dedicada a noticiar o que se passa em outros países. Esse procedimento parece evidenciar que o embrionário discurso pedagógico poder-se-ia estabelecer somente numa dinâmica de fortalecimento, obtido a partir da referência a experiências externas.

A Revista Pedagógica e o positivismo

A análise empreendida, em termos de referências aos autores mais citados nos artigos da RP, revelou nomes como Herbert Spencer e Auguste Comte, ao lado de Froebel e Rousseau. Se, por um lado, estes últimos podem ser relacionados às temáticas mais predominantes nos artigos, sejam elas métodos de ensino e sugestões de atividades indicadas aos professores, por outro lado, Spencer e Comte sinalizam a impregnação do pensamento evolucionista e positivista nas concepções veiculadas pela Revista, querendo-se destacar, sobretudo, Comte, que acreditava no poder da ciência positiva para regenerar a sociedade.

A análise dos textos publicados na RP evidencia duas vertentes filosóficas de presença marcante: o positivismo e o cientificismo . Isto pode ser observado na medida em que foram inúmeras e variadas as passagens recolhidas, nas quais os autores manifestam suas convicções no poder da ciência para a promoção do bem-estar social, ao mesmo tempo em que pretendem uma atitude objetiva e de isenção no trato das questões educativas.

Considera-se pertinente, então, ressaltar de que maneira essas vertentes filosóficas se manifestaram na Revista e avaliar o quanto influenciaram a constituição do discurso pedagógico. A primeira delas manifesta-se, sobretudo, na concepção de ciência

a serviço da ordem e do progresso, bem como no discurso de exaltação da educação como alavanca para o avanço da nação.

O positivismo, entendido aqui como movimento intelectual amplo, de grande alcance na segunda metade do século XIX, incluía tanto uma renovação filosófica quanto um plano de regeneração social (Dussel, 2001). Regeneração, aliás, que foi temática amplamente discutida nas páginas da Revista portuguesa e que também teve correspondência nas proposições discutidas na Revista brasileira .

Especificamente em relação à Revista Pedagógica, utiliza-se como exemplo da impregnação dos ideais do positivismo, duas passagens dos textos de autoria de Felisberto de Carvalho e de Alambary Luz.

A primeira dessas passagens foi retirada do texto O ensino da Gramática na escola primária, publicado em novembro de 1890. Felisberto de Carvalho, ao dissertar sobre o ensino da língua, reconhece a sua “magna influência na educação do menino” e afirma ser do conhecimento geral que tal ensino é um dos mais poderosos, senão o principal fator do progresso, quer na escola, quer mais tarde na vida social, em que o homem tem um papel a desempenhar, papel que será tanto mais importante quanto mais disponha o mesmo homem da facilidade de manifestar bem seus pensamentos por meio da linguagem (Revista Pedagógica, Tomo I, n.1, 15/11/1890, p.87.).

O segundo trecho foi retirado do Discurso proferido por ocasião da distribuição de prêmios aos alunos do 2º distrito escolar por Alambary Luz, publicado em fevereiro de 1892: À medida que a questão de ensino público vai sendo estudada cientificamente, vão da mesma sorte aparecendo novas necessidades, exigindo diversas e imediatas satisfações de modo mais racional e prático de que o resultado produzido pelos métodos até agora usados geralmente (Revista Pedagógica, Tomo III, n.16/17, 15/02/1892, p.222.).

Comparando o corpo social a um organismo individual, o autor estabelece um paralelo entre as moléculas, elementos constitutivos do organismo individual, e os cidadãos, elementos do corpo social que, no seu entender, sofreriam, ambos, o processo de “renovação celular”. Por analogia, atribui ele um importante papel à instrução, uma vez que seria a responsável pela formação dos novos elementos do tecido social.

Ao dissertar sobre o serviço que a escola popular poderia prestar ao “enorme trabalho de reorganização nacional”, ressalta a necessidade de saber esperar “o momento preciso para dar impulso às forças naturais da infância e não perder a oportunidade de inocular idéias e conhecimentos em cérebros juvenis no instante favorável à sua assimilação” (idem, p.223).

Em contraposição a esse movimento de adesão incondicional, observaram-se algumas referências explícitas ao positivismo enquanto sistema de idéias, estas feitas em tom de crítica, como no artigo de José Veríssimo sobre O Pedagogium, publicado em fevereiro de 1892, no qual ele critica a influência do positivismo:

O positivismo, com a sua reconhecida incompetência e provada incapacidade nas questões de educação e de ensino, influiu funestamente nesta parte da organização Benjamin Constant; de sorte que a nova escola normal apesar, ou melhor, por causa do acervo de materias, não corresponde senão escassamente aos intuitos da sua fundação, e carece de característica que a distinga como estabelecimento destinado à educação de futuros professores primários (Revista Pedagógica, Tomo III, n.16 e 17, 15/02/1892, p.216.).

Em relação ao que ocorria no Brasil, logo após o advento da República, José Murilo de Carvalho, ao mencionar a movimentação que se deu no mundo das idéias e das mentalidades, ressalta que a República não teria produzido correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Haveria, segundo ele, um cenário no qual se misturavam, sem muita preocupação lógica ou substantiva, diversas vertentes importadas do pensamento europeu. Algumas delas já incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo, outras impulsionadas, como o socialismo e, outras, ainda seriam importadas, como o anarquismo. Entre os positivistas históricos no Brasil havia, de um lado, os que se ligavam à corrente liberal spenceriana e federalista e, de outro, os que se inspiravam na tradição da Revolução Francesa, esta alinhada a uma visão mais rousseauiana do pacto social, mais popular e centralista. Entre os positivistas de vários matizes, muitos exultaram com o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora (a que se consideravam destinados) de exercerem a tutela intelectual sobre a nação (Carvalho, 1999).

A instrução ensejava, então, uma profunda crença no seu poder de promover o progresso. Tamanha pretensão somente teria paralelo com os propósitos almejados pelo

cientificismo, também identificado nas Revistas na forma da afirmação da ciência como instrumento capaz de resolver os problemas da humanidade, devendo, portanto, os procedimentos científicos ser estendidos a todos os domínios da vida humana. No que concerne à educação, tal abordagem consubstanciaria a ascendência de um discurso médico-higienista, ressaltando a necessidade de dotar o sistema de ensino de condições saudáveis, segundo os mais recentes conhecimentos médicos e higiênicos de então. Assistia-se à introdução de um saber que procurava regular a organização dos sistemas de ensino não apenas do ponto de vista estrutural e material (práticas), mas também do ponto de vista da constituição (instituição) de saberes de caráter científico relativos a esse funcionamento (representações).

A Revista Pedagógica e a idéia de progresso

Destaca-se aqui a idéia de progresso, presente na Revista, na perspectiva do progresso da nação, ou seja, relacionado a uma dimensão mais ligada ao avanço científico-tecnológico, que se considera como tendo sido marcante na construção do discurso pedagógico. Simultaneamente assinala-se a ascensão de um discurso científico-médico-higienista, que também estaria na base do uso da ciência como recurso ao ordenamento racional e científico do social.

Para situar a noção de progresso, foi de vital importância o verbete da Enciclopédia Einaudi, de autoria de Jacques Le Goff. O autor refaz, em perspectiva histórica, o percurso da noção de progresso, retomando idéias e pensadores que elaboraram sobre o tema. Contudo, afirma categoricamente, que foi o século XIX o grande século da idéia de progresso, na linha dos dados adquiridos e das idéias da Revolução Francesa, mas na senda aberta pelos avanços científicos e tecnológicos ocorridos no período. Chamando a atenção para algo que já ocorrera antes, ele afirma:

Como sempre, o que sustém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da revolução industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia. Na França da Segunda República e na Prússia do século XIX, por exemplo, as instituições difundem eficazmente a idéia de progresso. (Le Goff, 1984, p.353)

Le Goff menciona um autor, Guizot, cuja referência forneceu pistas para o entedimento de algumas das expressões utilizadas pelos autores dos artigos. Num texto de 1829, *Cours d'histoire moderne*, Guizot associa, pela primeira vez, a noção de civilização à de progresso. Tal indicação constituiu um indício muito significativo, já que algumas das expressões sobejamente utilizadas dizem respeito a países civilizados e nações civilizadas (com as variações mundo civilizado, povos mais adiantados, sociedades civilizadas, sociedades mais adiantadas, entre outras). Guizot diz que “A idéia do progresso, do desenvolvimento, parece-me ser a idéia fundamental contida na palavra “civilização” (Guizot apud Le Goff, 1984, p. 354)

Importa referir que a crença no progresso e nos avanços da ciência estendia-se a todos os domínios da vida humana, sendo de destacar que os artigos refletem o espírito dos tempos, que começavam a exibir uma nova modalidade de organização e de controle da vida coletiva e individual, caracterizada, sobretudo, pelo recurso ao saber científico como base de legitimação para as estratégias de organização e de controle, e pela crença na educação como fator de promoção do progresso.

A crença na instrução na promoção do progresso foi uma das temáticas recorrentes nas duas Revistas. Concepções tais como as que entendiam a instrução como “a esperança redentora do nosso destino social”, na REE, ou passagens que evidenciavam um discurso de exaltação da educação como alavanca para o progresso da nação, na RP, apontavam para a veiculação de um discurso em que a educação assume um papel preponderante na construção de um modelo de nação desenvolvida.

Entendendo a instrução como “alma da moderna vida nacional”, a Revista de Educação e Ensino propunha-se “inspirar no sentimento do país o amor pelas questões da instrução, porque nelas se encerra a esperança redentora do nosso destino social”, na firme crença de que “(..) educar um povo é emancipá-lo, é engrandecê-lo” (Revista de Educação e Ensino, IV ano, 1889, p.4).

Também a Revista Pedagógica compartilhava este “sentimento” (ou esta crença) a respeito do papel que a educação poderia desempenhar. Em seu número 6, em março de 1891, há uma nota sobre a homenagem feita pelos funcionários da Inspetoria Geral da Instrução Pública ao Inspetor Geral Ramiz Galvão, na qual algumas passagens evidenciam um discurso de exaltação da educação como alavanca para o progresso da

nação. Ao mesmo tempo em que enfatiza o novo tempo de liberdade e prosperidade trazido, evidentemente, pela República.

A título de conclusão

A idéia que se quer destacar neste trabalho é a de que a Revista Pedagógica desempenhou um papel fundamental, tanto na circulação quanto na produção de saberes (teorias, mas também idéias, modelos, práticas, experiências, etc.) ligados à educação e, conseqüentemente, na progressiva constituição de um campo disciplinar, no caso o pedagógico, por meio da veiculação de um discurso educacional cada vez mais especializado. Dito de outra forma, entende-se que a Revista ao mesmo tempo que veiculou tal discurso, ajudou, de forma decisiva, a construí-lo.

O que se afigura aqui de mais significativo é exatamente a observação da Revista como objeto do qual emergiram processos de estruturação do próprio campo pedagógico, interessando perceber a conjugação entre as dimensões científica, política e educacional especializada, ou seja, de que maneira ocorreu a construção de um discurso em educação (numa dimensão científica), também portador de uma idéia de progresso (em sua dimensão política, que busca legitimar o Estado-Nação) e, ao mesmo tempo, com pretensões de especialização.

Na perspectiva de uma história social das ciências, que busca estabelecer “um elo entre a história interna das produções intelectuais e o funcionamento do campo disciplinar com a história externa, repleta de demandas sociais que interagem com tais produções” (Hofstetter & Schneuwly, 2001), a análise das referências veiculadas pelas Revistas pode evidenciar em que medida tais publicações contribuíram para o processo de configuração do campo disciplinar pedagógico. Nesse sentido, tanto os conteúdos quanto os contextos são considerados elementos importantes e que mantêm relação entre si. Desse modo, é possível perceber as Revistas como espaços ao mesmo tempo de confluências e disputas e também como lugar onde estão em jogo diferentes interesses, envolvendo processos nos quais se realiza a produção discursiva.

Compartilhando a concepção desenvolvida por Peter Burke (1992) de que a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social e culturalmente constituída, faz sentido pensar que a História da Educação possa fornecer novas

compreensões das práticas discursivas, no interior do espaço social ocupado pelos atores educativos. Nesse sentido, e no caso da análise das Revistas pedagógicas, a linguagem é vista como um sistema que constrói tanto quanto reflete, que prescreve tanto quanto descreve, o que obriga a pensá-las como elemento constituinte da realidade social. Essa posição conduz a uma reapreciação da narrativa histórica tradicional ao considerar que as “histórias naturais” (factuais e objetivas) são as histórias dos grupos que detêm o poder para contá-las. Esta nova apreciação traduz-se na rejeição da idéia de “História” como um movimento capaz de restaurar um passado unitário e, ao mesmo tempo, na compreensão de que é possível a elaboração de “histórias” que possam traduzir processos diversos de construção social das coisas humanas, remetendo, cada uma delas, a um momento particular do passado e a intenções específicas de determinados grupos.

Ao realizar uma reflexão sobre o papel desempenhado pela Revista Pedagógica, a pesquisa propôs-se a olhá-la na confluência de dois níveis de realidade concomitantes: um internacional e outro nacional, que têm sido vistos, na maior parte das vezes, de forma excludente ou em relação de subordinação. Na perspectiva aqui adotada, a Revista foi vista como um espelho de dupla face, ou seja, refletindo tanto uma dimensão quanto a outra, constituindo, ela própria, um espaço intermédio, isto é, que se interpõe entre os dois níveis.

A RP situar-se-ia, então, num nível intermediário entre o nacional e o internacional, registrando as duas dimensões e, ao mesmo tempo, contribuindo para a construção de um fluxo de idéias, concepções, modelos, etc., bem como de representações e pessoas, nos dois níveis mencionados. Além de, conseqüentemente, colaborar na constituição do campo disciplinar, a pedagogia e seus especialistas.

Nestes termos, a progressiva configuração do campo pedagógico dá-se nesse espaço entre-dois, por vezes totalizador, por vezes contraditório, que é o de tentar responder às necessidades imediatas de um determinado contexto histórico (ver, por exemplo, o momento brasileiro, com a ascensão da República e a necessidade de “reformular” o sistema) e, ao mesmo tempo, tentar acompanhar o que se passa “lá fora” .

Nesse sentido, importa destacar a forma como a Revista Pedagógica abordou a educação como um “problema social”, destacando o seu papel estratégico na superação do atraso e na promoção do progresso da nação. As concepções veiculadas na Revista

indicam que o país almeja fazer parte da entidade “mundo civilizado”, realizando ao mesmo tempo, um processo de “regeneração” social. Também são expressivas as referências ao espaço exterior, o que evidencia a importância atribuída ao contexto internacional, sendo a França a sociedade de referência mais citada em termos de referências a países contabilizadas.

Por fim, cabe mencionar uma reflexão que a pesquisa ocasionou. Nota-se uma certa correspondência entre o discurso veiculado pela Revista Pedagógica, no final do século XIX, e o discurso atual, no que se refere ao papel estratégico atribuído à educação. Não se pode deixar de pensar em como esse discurso sobre educação continua a fazer parte da pauta de discussão de vários setores sociais, a ela referindo-se como peça-chave para o desenvolvimento social, econômico, político, cultural e, também, moral e cívico da população. Todos parecem crer que a escola é a saída para todos os problemas.

Este trabalho evidenciou, no período estudado, um discurso muito marcado por concepções positivistas de crença incondicional no progresso e na ciência, no papel da “santa causa da instrução” e no “progredimento da humanidade”. Olhando para esse período com os olhos e os valores do presente, tal formulação pode parecer um tanto despropositada, ou mesmo naif; no entanto, ao pensar sobre a excessiva crença no progresso e na educação daquele período, não se pode deixar de estabelecer uma comparação com o tempo atual. Hoje as sociedades se definem como “sociedades do conhecimento”, “sociedades cognitivas” ou “sociedades da formação ao longo da vida”, atribuindo à educação um papel crucial na vida dos indivíduos e das nações. Por sua vez, tal comparação aponta para o perigo de estarmos, novamente, tantas décadas depois, atribuindo um papel despropositado à educação, relativo ao desempenho que dela se espera na vida das sociedades, afastando-nos de uma dimensão efetiva e, porque não dizer, menos idealista.

Porque acostumamo-nos a pensar que o idealismo é próprio do trabalho educativo, mas, neste caso, o poder atribuído à educação pode estar associado a uma permanente frustração em relação àquilo que se espera e não se alcança, ao invés de estar mais ligado às suas capacidades mais modestas, é verdade, porém exequíveis.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter (1992). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org). A escrita da história – novas perspectivas. São Paulo: Unesp.

CARVALHO, José Murilo de (1999). Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras. DUSSEL, Inés (2001). ¿Existió una pedagogia positivista? In: PINEAU, Pablo;

DUSSEL, Inés & CARUSO, Marcelo. La escuela como máquina de educar. Tres escritos sobre un proyecto de la modernidad. Buenos Aires: Paidós.

FERNANDES, Ana Lúcia C. (2004). A “santa causa da instrução” e o “progredimento da humanidade”. Revistas pedagógicas e construção do conhecimento pedagógico no Brasil e em Portugal no final do século XIX. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

GONDRA, José. Entre os frutos e o arvoredo: a docência no projeto educacional republicano (1890/1896). (1997). História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, v.2, p. 83-97.

_____ (2002). Modificar com brandura e prevenir com cautela. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos C e KUHLMANN Jr., Moysés (Orgs). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez.

HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos Alberto M. (1994). O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, M. & PEREIRA, C. A. M. A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco.

HOFSTETTER, Rita & SCHNEUWLY, Bernard (2001). The Sciences of Education in Switzerland: Evolution and outlooks. Berne: Centre d'Études de la Science et de la Technologie.

KROPF, Simone P. (1994). O saber para prever, a fim de prover – a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, M. & PEREIRA, C. A. M. A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco.

LE GOFF, Jacques (1984). Progresso/reacção. Enciclopédia Einaudi. Volume 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

NAGLE, Jorge (1974). Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU/Rio de Janeiro: Fename.

SEVCENKO, Nicolau (1989). Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense.